

PROJETO DE LEI Nº 9.206, DE 2017

(Dos Srs. NILSON LEITÃO e ZÉ SILVA)

19751
EMP 16
Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao Art. 18 do Projeto de Lei Nº 9.206, de 2017 a seguinte redação:

"Art. 18

.....

Art. 3º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 27 de dezembro de 2018, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2016 com bancos oficiais federais, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE, inclusive as operações de investimento com fonte destinada ao crédito rural, sujeitas à subvenção da União, com recursos repassados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a forma de equalização de encargos financeiros, para os Municípios que tiveram situação de estado de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional, exceto as contratadas com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais, observadas as seguintes condições:

..... (NR)"

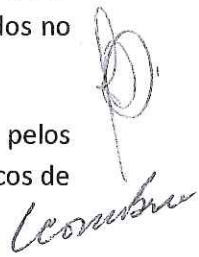
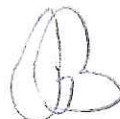
JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem passado por períodos de profundas irregularidades meteorológicas, que tem causado profundas estiagens em algumas regiões e tempestades torrenciais e inundações em outras. O Estado do Espírito Santo tem sofrido com a maior seca registrada nos últimos 60 anos, em uma crise hídrica que tem prejudica tanto os produtores rurais quanto os moradores dos centros urbanos, em um cenário desolador no qual os lençóis freáticos não tem mais carga e a crise de abastecimento de água para consumo humano apresenta-se severíssima. Por outro lado, Estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram prejuízos nas lavouras causados pelo excesso de chuvas que atingiu estes estados no final do ano passado.

Por esta razão, a produção agrícola tem sido aquém da esperada pelos produtores, que mesmo assim realizam investimentos crescentes em modelos tecnológicos de



0.



Leonilde

produção mais eficiente. Este quadro exacerba ainda mais a situação sistêmica de perda de renda e de perda da capacidade de adimplir com os compromissos assumidos em contratos de crédito rural.

Neste sentido, entendemos que todos os Municípios que estiveram em situação crítica e buscaram amparo no Governo Federal já comprovaram suficientemente o estado de necessidade causado pelas alterações climáticas.

Sala das Sessões, de novembro de 2017

Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES) 6

Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Dep. Domingos (PSDB.MG)

Dep. Marcos Montes
PSD

Dep. Julio Delgado
PSB

Ronaldo Benedit
PMDB 60

Alberto Fraga
DEM 29

PSDB 46

Silvio Torres